

Executivo faz desafio

O governo federal vai desafiar a Comissão Mista de Orçamento e anunciou que apresentará, nos próximos dias, novo pedido de crédito suplementar, no valor de CR\$ 670 bilhões, para poder cobrir despesas de final de ano dos ministérios, pagar aposentadorias do INSS, internações hospitalares, despesas do SUS e frentes de trabalho contra a seca do Nordeste. O prazo para o envio dos projetos terminou em 31 de outubro, mas o governo continua ignorando a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os parlamentares que integram a Comissão de Orçamento estão dispostos a partir para o confronto com o Executivo, que já enviou, fora do prazo, 45 pedidos de suplementação de recursos ao Orçamento de 1993, 16 deles relativos a dotações anteriormente inexistentes e muitos para matadouros, mercados municipais, quadras esportivas e estradas vicinais — projetos que não são prioritários. O principal argumento para rejeitar os pedidos, que somam Cr\$ 3 trilhões, é a constatação de que o governo gastou o dinheiro antes da apreciação do Legislativo.

“Estamos dispostos a aprovar tudo o que for custeio ou pessoal, despesas essenciais para a manutenção da máquina”, ex-

plicou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR), que rejeitará novos investimentos.

O governo pretende obter os recursos mediante emissão de títulos da dívida interna, administrados pelo Tesouro. A receita dos títulos será necessária para a suplementação de CR\$ 1,5 trilhão, que está sendo encaminhada ao Congresso pelo Ministério do Planejamento. Deste total, CR\$ 1,371 trilhão referem-se a crédito suplementar, e CR\$ 80,4 bilhões, a projetos novos, como o de habitação popular.

O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), confessou a um parlamentar da comissão que o governo errou ao ignorar os prazos legais para o envio dos projetos. Mas não admite que isso vire queda-de-braço entre Executivo e Legislativo. “Eles não vão querer inviabilizar o governo”, argumentou, lembrando que, afinal, “o Executivo não está propondo nenhuma ilicitude”.

A CPI do Orçamento está inviabilizando a discussão até dos pedidos recebidos no prazo. As reuniões nas duas últimas semanas não ocorreram por falta de quórum e, pior ainda, cinco titulares e três suplentes continuam na comissão, embora citados no escândalo do Orçamento.